



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 003/2005

Dispõe sobre a organização administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e dá outras providências.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por deliberação de seu Órgão Especial, em sessão hoje realizada;

Considerando que a Administração Pública, em todos os níveis e de todos os Poderes, deve, nos termos do disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, de observar o princípio da eficiência, o que impõe a constante efetivação de pequenos ajustes em sua estrutura organo-funcional, de modo a mantê-la sempre atualizada e dinâmica no o apoio das atividades fins do Judiciário;

Considerando a implementação do modelo de administração gerencial no âmbito do Poder Judiciário, em substituição ao modelo burocrático, deve ser procedido também com medidas administrativas que, **por não criarem qualquer despesa pública nova e nem aumentarem as previstas no orçamento corrente**, podem ser adotadas mediante Resolução;

Considerando que, dentre essas medidas, tem caráter prioritário, a estruturação de um órgão de controle interno, nos moldes preconizados nos artigos 70 e 74 da Constituição da República, em substituição à auditoria existente na organização administrativa atual do TJE;

Considerando, finalmente, o disposto no art. 68, inciso IV, da Lei 5.008, de 10.12.1981, Código Judiciário do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º - A Auditoria, criada pela Resolução n. 1, de 1980, fica transformada em Coordenadoria de Controle Interno, subordinada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - O cargo de Auditor Chefe, de provimento em comissão, DAS-6, passa a denominar-se Coordenador de Controle Interno e a ter *status* de Secretário, sem qualquer acréscimo ou vantagem de natureza remuneratória.

Art. 3º - Os dois cargos de Auditor, de provimento em comissão, DAS-5, lotados na Auditoria, passam a ter as seguintes denominações:

- I – Chefe da Divisão de Auditoria Interna;
- II – Chefe da Divisão de Acompanhamento.

Art. 4º - Compete à Coordenadoria de Controle Interno:

I - realizar a fiscalização da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos que compõem o poder judiciário, quanto a legalidade, legitimidade, e economicidade, bem como dos responsáveis pela realização das receitas e aplicação dos recursos públicos;

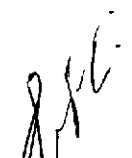
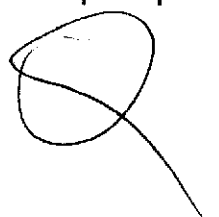
II – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e do orçamento;

III – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; e

V - desempenhar outras funções que lhe forem conferidas pela presidência do Tribunal.

Parágrafo único. Ato do Presidente do TJE regulamentará o exercício das competências estabelecidas neste artigo, assegurando aos servidores lotados na Coordenadoria de Controle Interno o livre acesso a quaisquer processos administrativos, documentos e informações.



Art. 5º - A Assessoria Organizacional, órgão do Gabinete da Presidência do TJE, e a Coordenadoria de Engenharia e Manutenção, órgão da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, passam a integrar a estrutura da Secretaria de Administração.

Art. 6º - O cargo de Coordenador de Concursos, de provimento em comissão, DAS-6, fica transformado para Assessor Especial da Presidência, e o cargo de Coordenador de Segurança e Vigilância, de provimento em Comissão, DAS-4, para Assessor Administrativo, vinculado à Secretaria de Administração.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais a 01 de março de 2005.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Plenário "Des. Oswaldo Pojucam Tavares", aos dias do mês março de 2005.


Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Presidente do TJE-PA

Des^a. YVONNE SANTIAGO MARINHO

Vice-Presidente do TJE/PA

Des^a. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE

Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém


Des^a. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY

Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


Des.ª. CLIMENIE BERNADETTE DE ARAUJO PONTES

Des.ª. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA


Des.ª. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY


Des.ª. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES


Des.ª. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA


Des.ª. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE


Des.ª. HERALDA DALCINDA BLANCO REDEIRO


Des.ª. SONIA MARIA DE MACEDO PARENTE


Des. GERALDO DE MORAES CORREIA LIMA


Des.ª. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE


Des.ª. RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

Des.ª. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS


Des.ª. TEREZINHA MARTINS DA FONSECA




Des. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES



Des.ª MARTA INÊS ANTUNES LIMA



Des. ERONIDES SOUSA PRIMO



Des. ENIVALDO DA GAMA FERREIRA



Des.ª YVETTE LÚCIA PINHEIRO



Des.ª LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO